

O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA EM FLORIANÓPOLIS-SC: IMPACTOS DA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE E SEUS EFEITOS NA PRÁTICA DO ENSINO DE ÁFRICA

Ticiane Caldas de Abreu¹, Paulino de Jesus Francisco Cardoso².

¹ Acadêmica do curso de História FAED, bolsista PROBIC/UDESC

² Orientador, Departamento de História FAED – paulino.cardoso@gmail.com.

Palavras-chave: Formação docente; Lei Federal 10.639/03; Ensino de História; História da África. Ensino; Educação Básica. Santa Catarina.

A pesquisa intitulada “O Ensino de História da África em Santa Catarina: questões e perspectivas” desenvolvida pelo grupo de pesquisa “Multiculturalismo: Estudos Africanos e da Diáspora” vinculado ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB/UDESC), propõe-se apreender as experiências da implementação da Lei Federal nº 10.639/03, no campo de estudos africanos em Santa Catariana, vislumbrando como as abordagens dos conteúdos relacionados à História e Cultura Africana e Afro-brasileira na educação superior. Este trabalho tem intuito de destacar como estes conteúdos e abordagens interferem nos enfoques em sala de aula na educação básica, apreendendo os impactos de difusão da temática no ensino fundamental nas escolas da rede pública de Florianópolis/SC. Especificamente compreender quais ideias acerca do continente africano permeia o imaginário das/os estudantes das turmas dos 9º anos de 2017 da Escola Básica Municipal Batista Pereira, e assim sendo possível contribuir com a cadeia de conhecimento relacionado aos estudos africanos no Brasil, em Santa Catarina especialmente Florianópolis.

Desse modo, procuramos discutir acerca do impacto da formação inicial em história de África, de egresso da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), na prática de ensino de História e cultura africana e afro-brasileira no ensino fundamental na Escola Básica Municipal Batista Pereira da Rede Municipal de Educação de Florianópolis (RME).

No primeiro momento, discorremos acerca das lutas enredadas pelo movimento negro e por organizações antirracistas em busca da promulgação da Lei Federal nº 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, de 1996, determinado como obrigatório o ensino e estudo em relação à História e Cultura Afro-brasileira nas escolas e universidades públicas e privadas do país, objetivando transformar as ideias estereotipadas acerca do continente africano.

Os aspectos positivos devem ser fomentados para que o continente africano possa ser visto e entendido como uma fonte enriquecedora de cultura e de relações positivas para a formação do Brasil; dito isso, objetiva uma alteração em nosso país para a valorização da cultura africana, afro-brasileira e das populações negras em nossa sociedade. Ressaltamos que apenas a promulgação da Lei Federal nº 10.639/03 é insuficiente para mudar efetivamente as mentalidades, os posicionamentos, as ações das/os professoras/es, mas a sua existência provocou modificações. Mudanças vagarosas, mas existem. Com as reivindicações dos movimentos negros

² Acadêmica do curso de História, bolsista PROBIC/UDESC.

e sociais, das/os professoras/es, familiares e estudantes, podemos evitar referir-se de uma Lei não implementada.

No sentido de investigar a respeito da implementação da Lei Federal nº 10.639/03, no campo educacional de Santa Catarina, foi utilizado por meio do curso de História da Universidade do estado de Santa Catarina - UDESC, a partir do seu Projeto Político Pedagógico - PPP.

Assim como apontado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, o Projeto Político Pedagógico é um documento essencial para as instituições educacionais. As Diretrizes também comunicam que todas as instituições educacionais do país devem elaborar o seu Projeto Político Pedagógico conforme objetivos previamente estabelecidos para a educação, considerando as formas que serão utilizadas para alcançar seus propósitos.

Para tal, constatamos no Projeto Político Pedagógico do curso de História em Licenciatura, da Universidade do estado de Santa Catarina - UDESC, atualizado no ano de 2007, entre seus objetivos, sua finalidade é formar futuras/os docentes que possam atuar na área da educação de modo a perceber as diversas especificidades das/os sujeitos em processo educacional. O Projeto Político Pedagógico também aponta para as questões acerca do ensino da história e culturas africanas e afro-brasileiras no momento em que destaca as múltiplas dimensões das experiências dos sujeitos históricos, enfatizando a importância do tema na formação do/a estudante no aspecto da convivência com as diferenças existentes na vida social e no exercício da cidadania (UNIVERSIDADE, 2007).

Nossa pesquisa nos permitiu também compreender que por mobilização do Movimento Negro Brasileiro, nas suas mais diferentes vertentes, o país, o estado e a cidade de Florianópolis, institucionalizaram nos seus regramentos educacionais a importância do enfrentamento das desigualdades raciais na educação e do estudo de história e cultura africana e afro-brasileira.

Na universidade, na formação inicial, continuada e na pós-graduação também foram realizadas mudanças de modo a contemplar a diversidade étnica e racial presente em nosso país, na perspectiva de uma transformação das formas de percepção do Brasil e dos brasileiros na sociedade, em especial na educação básica.

No entanto, todo este esforço não se reflete positivamente no chão da escola. Como vimos, o imaginário das/os estudantes do 9º ano do ensino fundamental da Escola Básica Municipal Batista Pereira respeito das formações sociais no continente africano ainda está preso a uma representação hegemônica, colonial, eurocêntrica e racista na sociedade brasileira. Este imaginário indica a importância de destacar diferentes formas de construções de consciências históricas desenvolvidas através dos meios de comunicação, dominados por uma visão ocidental do continente africano. A educação igualmente aponta para os limites da disciplina de História, seja na obrigatoriedade de ministrar conteúdos selecionados para a preparação do concurso vestibular, seja pela ausência de diálogo com outras disciplinas que compõem o currículo escolar. Como diz o provérbio popular, uma andorinha não faz verão. Um professor sozinho, por mais preparado que esteja, não possui condições de realizar o enfrentamento da pedagogia da branquitude, assimilacionista e perversa que permeia quase todas as dimensões do cotidiano escolar.